

Moçambique: na Commonwealth a qualquer custo

ANTÓNIO

DE FIGUEIREDO*

EXPRESSO, 12.8.95

*Historiador e jornalista

A PROPOSTA de admissão de Moçambique na Commonwealth vai ser formalmente discutida e provavelmente aceite na próxima cimeira daquela organização de mais de cinquenta países de língua oficial inglesa que se realiza em Auckland (Nova Zelândia), em Novembro. Isto foi-me confirmado pelo Foreign Office que, conhecedor do projecto da criação de uma comunidade lusófona, acrescentou que o Governo de Maputo já declarara que não via qualquer problema em ser membro de ambas as associações. A proposta foi oficialmente apresentada pelo então ministro dos Estrangeiros, Pascoal Mucumbi, actual primeiro-ministro, ao então seu equivalente britânico Douglas Hurd, numa visita a Londres em Novembro passado.

Rumores da aspiração de Moçambique, membro de outras organizações regionais como a SADC — Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral — de se tornar membro da Commonwealth já vinham recorrendo de quando em quando sempre que a presença de um representante diplomático moçambicano, normalmente o hábil embaixador moçambicano em Londres, Armando Panguene, se deslocava como observador convidado a cimeiras anteriores ou quando alusões e sugestões transpareciam dos contactos com outros países membros da Commonwealth vizinhos, incluindo a Tanzânia, cujo antigo presidente, Julius Nyerere, foi um dos principais patronos das lutas da Frelimo, e sucessivamente o Zimbabwe e a África do Sul, logo que os governos de maioria negra presididos por Mugabe e Mandela procuraram ser readmitidos na Commonwealth, depois de décadas de exclusão dos regimes de Ian Smith na antiga Rodésia, e do «apartheid» na África do Sul.

Moçambique na vez de Hong-Kong

O óbice quanto às aspirações de Moçambique e diligências de países vizinhos até aqui tem sido o facto de os países da Commonwealth,

regra geral, transitavam por estatuto de colónias ou protectorados britânicos, ligados pela língua, tradições, sistemas legais e educativos, aos modelos britânicos. Mesmo no caso dos Camarões, a última república admitida à Commonwealth, o facto é que quase metade do país esteve sob jurisdição colonial britânica e que a língua inglesa tal como nos casos do Canadá ou da África do Sul e outros países-membros, é uma das línguas oficiais, e a predominante na educação e relações externas. Mas do ponto de vista económico a eventual admissão de Moçambique afigura-se como um complemento natural à interdependência que provém da situação daquele PALOP como costa marítima natural para o trânsito da maior parte do comércio dum vasto e das mais desenvolvidas áreas interiores da África Austral que vai da zona do Rand, no Transvaal, e abrange quatro outros estados — a Suazilândia, parte da Zâmbia, do Malawi, do Zimbabwe — todos membros da Commonwealth e, no caso do Zimbabwe, obrigados a intervir em Moçambique com o estacionamento de tropas ao longo da via férrea, da estrada e do oleoduto entre o porto da Beira e Mutare, para as salvaguardar de sabotagem pela Renamo.

Os britânicos vêem a perspectiva de admissão com certa ambivalência. Por um lado, nas actuais circunstâncias, o ingresso de Moçambique só pode representar um aumento dos encargos que Londres já vinha tendo com aquele país a título de auxílio, em matéria de bolsas de estudo, cooperação diplomática, educacional e militar só comparável ou mesmo excedendo a média de auxílio concedido mesmo aos países mais pobres da Commonwealth. Por outro lado, todavia, a integração de Moçambique, completando o processo de recuperação de projecção britânica na África Austral, tem o efeito tónico de compensar para o persistente declínio diplomático noutras áreas do mundo, notoriamente na Ásia,

agora que se aproxima a despedida de Hong-Kong. Curiosamente ainda esta semana por coincidência, se noticiava que a Grã-Bretanha, por sua vez acabara de requerer ao secretariado da ASIAN, — a organização que inclui entre outros países asiáticos a Indonésia —, o estatuto de «parceiro de diálogo». Este facto, que se integra na crescente tendência para a diversificação e regionalização de agrupamentos internacionais, coloca a questão de admissão de Moçambique na Commonwealth, paralelamente à proposta portuguesa de uma comunidade lusófona, numa perspectiva actualizada.

Haverá em Portugal quem veja num ingresso de Moçambique na Commonwealth, não só mais um decisivo passo na anglicanização daquele PALOP, como um prenúncio de que, tal como no passado aconteceu na costa a Norte de Moçambique, a presença e influência portuguesas que venham a ser meras relíquias históricas. Haverá em Moçambique quem tema que a crescente anglicanização venha a representar a perda de uma individualidade linguística e cultural distintiva, numa área uniformemente rendida à ascendência britânica, e que liga tanto a um país do passado, o caso de Portugal, como a potências do futuro: o Bra-

sil e Angola. Mas num mundo em acelerada mudança o facto é que a diversificação e a regionalização nas relações internacionais corresponde não só a uma necessidade prática, mas aos factos reais de que as nações não têm apenas um carácter ou uma dimensão, mas, pelo contrário, diversos interesses e ligações históricas culturais, sociais e económicas, nem sempre convergentes e por vezes até competitivas. Afinal, a maioria das nações na actualidade são simultaneamente membros de organizações internacionais de cooperação ou de privilégios económicos ou militares — na Europa, na Ásia e na América Latina, — e aliás, tal como Moçambique é dos PALOP e membro da SADC, Portugal além de elemento da UE, é membro da NATO, da UEO e da Associação dos Estados Ibero-Americanos.

Não se trata portanto da trivialização dos antigos conceitos exclusivistas de aliança, mas de uma tendência que reflecte a crescente complexidade da política internacional. E se já no seu tempo, testemunha das grandes transformações internacionais consequentes da expansão portuguesa. Camões reconhecia que «mudam-se os tempos, mudam-se as vontades», é natural que os países que partilham da sabedoria da cultura lusófona aceitem abertamente que o «mundo é feito de mudanças».

Notícias Africanas

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto. Correspondências devem ser encaminhadas à Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. WE ASK FOR EXCHANGE.

Eduardo dos Santos no Brasil

Reescalonar a dívida e normalizar comércio

PÚBLICO, 15 8 95

O PRESIDENTE angolano, José Eduardo dos Santos, encontra-se hoje em Brasília com o seu homólogo brasileiro Fernando Henrique Cardoso no início de uma deslocação que o levará também ao Rio de Janeiro e a São Paulo para contactos com políticos e empresários dos dois Estados.

Na agenda de Eduardo dos Santos em Brasília figura com destaque o interesse angolano de reescalonar uma dívida para com o Brasil estimada em cerca de mil milhões de dólares. Os objectivos económicos da visita serão amplificados, posteriormente, em contactos comerciais de uma delegação de cinco ministros e 20 empresários angolanos que acompanharão o Presidente ao Rio e a São Paulo.

Hoje está prevista a assinatura de um "Memorando de Entendimentos" com vista à normalização das relações comerciais entre Angola e o Brasil. Após o encontro com o Pre-

sidente brasileiro, no Palácio do Planalto, Eduardo dos Santos visitará o Congresso e o Supremo Tribunal Federal. À noite, será homenageado por Fernando Henrique Cardoso com um jantar, no Itamaraty.

As relações comerciais entre os dois países estão paralisadas há dois anos e, segundo o ministro das Finanças Augusto Tomas, a situação angolana está a estudar com as autoridades brasileiras "mecanismos e formas conducentes ao reforço das relações de cooperação". Recorde-se que, para além das afinidades culturais que tem com Angola, o Brasil foi o primeiro país ocidental a reconhecer o Governo do MPLA.

No entanto, o gesto diplomático do Governo militar brasileiro, em 1975, ainda não se traduziu numa presença mais activa do Brasil em Angola, como gostariam os angolanos. A participação brasileira na construção da barragem

hidro-eléctrica de Capanda, na província angolana de Malanje, está paralisada desde o recomeço da guerra, em 1992. A recente conclusão das negociações de paz com a UNITA representará, por certo, um triunfo de Eduardo dos Santos na sua tentativa de reaproximação com o Brasil.

No entanto, até ontem à tarde funcionários da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério brasileiro do Planeamento ainda procuravam encontrar uma fórmula para a renegociação da dívida angolana. Segundo a Agência Lusa, o Brasil apresentara como proposta a transferência da dívida para a empresa Braspetro, que aplicaria títulos públicos do Governo angolano no desenvolvimento de áreas de prospecção de gás natural em Angola. O Governo angolano, por sua vez, propõe um reescalonamento da dívida vencida em 20 anos, sendo oito de carência e 12 de reembolso.

Na agenda dos contactos bilaterais figura também a participação brasileira na Missão de Verificação da ONU (UNAVEM III) em Angola. O Brasil já se comprometeu a ceder um batalhão de infantaria, uma companhia de engenharia e dois postos de saúde, além de observadores militares e policiais. Trata-se do maior engajamento brasileiro numa operação de paz da ONU desde o fim da II Guerra Mundial.

Ainda no âmbito da cooperação militar, a empresa brasileira Norberto Odebrecht, que mantém interesses de longa data nos sectores de minas e energia angolanos, acaba de vencer um concurso promovido pela ONU para prestar apoio logístico à UNAVEM III, durante dois anos de serviço, numa operação estimada entre 120 milhões e 150 milhões de dólares. ■

João Beaco Jardim,
no Rio de Janeiro

Jovens oficiais tomaram o poder "transitoriamente" em São Tomé e Príncipe

Contra os políticos

Conceição Lima
em São Tomé

O poder eleito em São Tomé foi dissolvido por um golpe de jovens oficiais com a justificação de que é urgente travar o apodrecimento da situação económica e política. O Presidente e o primeiro-ministro estão presos. O movimento tem dois nomes principais: Quintas de Almeida e "Craque".

São Tomé entrou ontem à noite em recolher obrigatório numa situação calma mas também muito nebulosa, onde a única certeza era a de que os militares que desencadearam na madrugada de terça-feira um golpe no pequeno arquipélago continuavam a controlar postos estratégicos, designadamente porto, aeroporto, rádio televisão e palácio presidencial.

Os seus sorrisos de descontração ao circularem pelas ruas demonstravam isso mesmo. As ruas, entretanto, começaram a ficar vazias pelo menos uma hora antes de se iniciar o período de recolher obrigatório imposto pelos autores de um golpe em relação ao qual a primeira reacção da população foi de simpatia.

Os dois comunicados emitidos entre as 8h e as 13h (ver caixa) davam a situação como controlada e o segundo indicava para muito

proximamente o anúncio da composição de uma Junta de Salvação Nacional. Esse anúncio, não concretizado até à hora de fecho destas páginas, era aguardado com enorme expectativa.

Foi o segundo comunicado que impôs o recolher obrigatório a partir das 20h, além de proibir a prestação de declarações à imprensa sem autorização prévia do poder instituído e de garantir a protecção das representações diplomáticas.

A grande incógnita desde o primeiro momento foi a identidade do mentor ou dos mentores deste golpe que, a resultar, interrompe cinco anos de experiência democrática em São Tomé e Príncipe.

O facto é que nenhuma alta patente (major ou capitão) parece estar implicada. O único rosto que se destacou foi o do subtenente Manuel Quintas de Almeida, um jovem de carácter reservado, formado em Cuba, idade aproximada de 37 anos.

Foi a sua voz sorumbática que anunciou aos são-tomenses, às 8h00, que mantivessem a calma, ao mesmo tempo que fazia saber que não seriam tolerados actos de indisciplina e de vandalismo. Bastante lacónica, a declaração justificou o golpe com a necessidade de se travar a degradação do país.

O facto é que a estação de rádio britânica BBC, ao entrevistá-lo, o apresentou como líder do golpe e ele não contestou essa qualificação. Mais tarde, prestando declarações à Rádio Nacional de Angola, Quintas de Almeida confirmaria que ele e outro subtenente, Fernando Sousa da Ponte, com o "nome de guerra" "Craque", concentravam a orientação de toda a operação.

Responsáveis detidos

O Presidente da República, Miguel Trovoada, foi arrancado do cama às primeiras horas de ontem e colocado sob

Continua na pág. 3

Continuação da pág. anterior

Contra os políticos

detenção no quartel-general das Forças Armadas. Trovoada, a quem foi permitido receber visitas da mulher, encontrava-se acompanhado por dois assessores, Gabriel Costa e João Costa Alegre que, ao que o PÚBLICO apurou, se recusaram a abandonar o Chefe de Estado.

Detido também na sua residência, a caminho do aeroporto, foi o primeiro-ministro, Carlos Graça, forçado a regressar da ilha do Príncipe, onde participava em festividades locais, por volta das 15h00, sob escolta.

Carlos Graça viajou do Príncipe para São Tomé a bordo do Aviocar das Forças Armadas portuguesas, e à chegada foi imediatamente metido no seu automóvel, conduzido por um militar e não pelo seu motorista, e transportado para a sua residência onde ficou guardado à vista por vários soldados, não tendo podido naquele momento trocar impressões com os seus ministros.

[Contactado a partir de Lisboa pela emissora TSF, Graça disse ter sido tratado com gentileza. "Penso que o Presidente está a continuar as discussões com os militares. Estamos numa situação indefinida porque eles não disseram o que querem."]

Guilherme Posser da Costa, ministro dos Negócios Estrangeiros, e o ministro adjunto do primeiro-ministro, Armindo Vaz de Almeida, fizeram várias tentativas junto dos militares para chegar à fala com Carlos Graça, mas os militares, num tom pacífico embora firme, disseram-lhes que não seria possível o contacto, talvez mais tarde.

O ministro da Defesa, Alberto Paulino, esteve inicialmente detido durante algumas horas no quartel-general da polícia, mas à tarde já se encontrava em liberdade e inclusive circulava calmamente pela cidade.

Os autores do golpe não prestaram declarações à imprensa local. A BBC, Manuel Quintas de Almeida, o rosto mais visível do movimento, disse que as Forças Armadas assumiram o poder porque o país se tornara ingovernável, acrescentando que era preciso travar a situação mas observando que a intenção não é manterem o poder.

Uma suspeita inicial, a de que o golpe pudesse ter tido

uma inspiração civil, parecia cada vez mais remota com a passagem das horas.

Numa aparente confirmação de que não pretendem assumir inteiramente o poder, os autores do golpe (que a meio da tarde repetiram esta intenção e as suas justificações num encontro com o reduzido corpo diplomático) já teriam mesmo iniciado contactos com partidos políticos e com a mesa da Assembleia Nacional. A intenção seria discutir com a classe política a formação de um governo capaz de governar.

Apoio de soldados e populares

O golpe parece ter tido grande adesão junto dos praças e recrutas. Sargentos e tenentes foram os operacionais vistos na rua, ignorando-se a participação dos capitães e majores. Mas a verdade é que os jovens oficiais que parecem ter liderado o golpe estavam irritados com as altas patentes e também é um facto que, após uma muito recente remodelação nos quartéis, os postos-chave foram ocupados por oficiais subalternos.

Um dos pontos menos claros era o facto de, nas primeiras horas, nenhum comunicado falar da deposição do Presidente. Inclusive, o facto de os militares terem contactado com os ministros — alguns dos quais foram vistos nas ruas, acabrunhados, poderia sugerir que ainda reconheceriam legitimidade ao Governo.

A primeira indicação conhecida de que o Governo está demitido e o Presidente destituído acabou por surgir em declarações do subtenente Quintas de Almeida à rádio angolana, com uma frase assegurando que fora "dissolvido todo o poder anteriormente constituído".

Durante a manhã viveu-se um verdadeiro carnaval diante do palácio presidencial e o sentimento era favorável ao movimento. A maior parte das centenas de populares eram jovens. Acenavam aos militares, alguns diziam ter pena de não terem sido mobilizados este ano, se não estariam ali, a participar.

A parte isso, quase se poderia dizer que o dia decorreu bastante normal, apenas um pouco mais morno. Pela manhã as pessoas foram trabalhar e os militares andaram de reparti-

ção em repartição a mandá-las para casa. Os mercados estiveram fechados, o voo da transportadora aérea portuguesa não chegou.

Na rádio, houve instruções para que não houvesse alusão a nada. Só a leitura dos comunicados. O noticiário alargado das 16h30 não foi emitido, única alteração de vulto numa programação que manteve a música e programas ligeiros.

Raízes do movimento

Perante o golpe dos militares a polícia não interferiu, limitando-se às suas operações de rotina.

As Forças Armadas, segundo um documento oficial do Ministério da Defesa, tem 800 efectivos e 55 por cento deles com patente. Há cinco capitães e quatro majores, mas nenhum está operacional.

Durante a Segunda República são-tomense os militares têm protestado com insistência. A democratização não correspondeu também às suas expectativas. Rotos, descalços, com fome, assustaram no passado o Presidente e o Governo de Costa Alegre, após o que conseguiram um reajustamento dos salários. O Presidente Trovoada fez também vir do Burkina Faso equipamentos novos. Acreditava-se que os ânimos tivessem serenado.

Mas foi-se sempre sabendo, através de conversas privadas, que aquilo que fora inicialmente um movimento de carácter reivindicativo evoluiu gradualmente para uma profunda antipatia pelas derrapagens sucessivas do país, com governos consecutivos e eleições antecipadas.

As últimas greves, a fragilização acentuada do Exe-

cutivo, especulações permanentes sobre uma remodelação, tudo foi irritando os militares, que em privado acusavam a classe política de incapacidade.

O Governo de Carlos Graça, que tomou posse apenas em Outubro, terá cometido erros, mas sobretudo deparou com uma herança demasiado pesada. Os quatro meses de governo de gestão antes das eleições do ano passado foram caóticos, proporcionaram uma galopante degradação da situação económica.

No último mês e meio viveu-se uma situação prolongada de greves de professores e de médicos que espelhou bem a crise total do país. A classe política é olhada com total descrédito, o próprio Presidente Trovoada andava a percorrer o país para, nas suas palavras, actualizar o diálogo com uma população desiludida e cada vez mais hostil aos argumentos da classe política. Deparou muitas vezes com a indiferença.

A justificação de golpe com a degradação da situação é óbvia e provavelmente por isso a população mostra simpatia para com o movimento.

Seja como for, ninguém previu o golpe. E, no entanto, ele até teve, com toda a aparência, um ensaio geral.

Há cerca de uma semana, jovens oficiais efectuaram o que foi provavelmente o último teste à sua operacionalidade. Chegaram à meia-noite à movimentada Rua Padre Martinho Pinto da Rocha e afastaram os clientes dos bares. Não deram, nem então nem depois, qualquer explicação. Agora pode concluir-se que foi uma simulação para o 15 de Agosto. ■

"Face à situação de crise geral..."

OS MILITARES são-tomenses fizeram duas comunicações pela rádio, mas a primeira foi um improvisado do subtenente Quintas de Almeida. O primeiro — e único, até ao fim da tarde — comunicado escrito, lido horas depois, tinha o seguinte teor:

"As primeiras horas da manhã de hoje, dia 15 de Agosto de 1986, os militares das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe assumiram o poder face à situação de crise geral que vive o país. Como é do conhecimento geral, o país nestes últimos tempos tornou-se ingovernável como resultado da falta de lealdade institucional, servilidade, gestão transparente dos bens que pertencem à nação, todo isto devido ao egoísmo e individualismo oportunista de alguns são-tomenses que se esqueceram do país e do povo de São Tomé e Príncipe.

"Povo de São Tomé e Príncipe: de forma pacífica e sem derramamento de sangue, a situação está sob nosso controlo e muito proximamente

apresentaremos à nação a constituição da Junta de Salvação Nacional!

"Pedimos a toda a população que observe escrupulosamente as indicações a seguir: 1. as instituições deverão funcionar normalmente, à excepção dos bancos e da Caixa Nacional de Previdência e Crédito; 2. estão canceladas todas as entradas e saídas do território nacional; 3. fica proibida a prestação de quaisquer declarações aos órgãos de comunicação social sem a devida autorização do poder instituído; 4. as representações diplomáticas e seus agentes, as organizações internacionais e outras similares gozam de protecção; 5. deverá ser observado o recolher obrigatório em todo o território nacional a partir das 20h00 de hoje.

Pela Comissão
Manuel Quintas de Almeida,
subtenente de artilharia."

o p o l i t i c o

- **GEOGRAFIA:** Ilhas vulcânicas no Golfo da Guiné, ao largo da África Ocidental. A sua superfície total é de 964 quilómetros quadrados, tendo São Tomé 836 e o Príncipe, 150 quilómetros a nordeste, 128.
- **POPULAÇÃO:** 130 mil habitantes, 30 mil dos quais na cidade de São Tomé.
- **RELIGIÃO:** 90 por cento católicos.
- **HISTÓRIA:** As ilhas, desabitadas, foram descobertas em 1471, e a partir do século seguinte começaram a ser povoadas com escravos do continente. Foi também de São Tomé que, em 1532, foram embarcados os primeiros escravos africanos para a América do Sul.

A altura da independência, em 12 de Julho de 1975, com Manuel Pinto da Costa como Presidente e Miguel Trovoada como primeiro-ministro, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) era o partido único.

Em 1979 Trovoada foi preso e em 1981 enviado para o exílio em Paris.

Em 1988, uma tentativa de golpe de Estado lançada através de uma incursão por mar, a partir dos Camarões, foi abortada, com o saldo de dois mortos.

Na linha do fim dos regimes de partido único em boa parte de África, o multipartidarismo foi instaurado em 7 de Setembro de 1990.

Nas primeiras eleições multipartidárias, em 20 de Janeiro de 1991, o MLSTP saiu derrotado. Depois da vitória do Partido da Convergência Democrática-Grupo de Reflexão, Daniel Daio tornou-se primeiro-ministro. A 3 de Março Miguel Trovoada foi eleito para a Presidência da República.

Abriu-se um período de crises governamentais que levaram à chefia do executivo Norberto da Costa Alegre e Evaristo de Carvalho Espírito Santo.

O ano passado, nas eleições antecipadas de 2 de Outubro, o MLSTP-Partido Social Democrata regressou ao poder, conquistando 27 dos 55 lugares do parlamento, e Carlos Graça tornou-se primeiro-ministro.

- **ECONOMIA:** Nos anos 30, São Tomé e Príncipe ostentava o título de maior produtor mundial de cacau. Mas a produção caiu em flecha, e o preço do grão no mercado internacional também. O cacau continua a constituir o

PERFIL

A caminho do segundo exílio?

PÚBLICO, 16.8.95

MIGUEL TROVOADA, de 58 anos, o Presidente de São Tomé visado pelo golpe de ontem, foi o primeiro Chefe de Estado escolhido em eleições multipartidárias na antiga colónia portuguesa, em Março de 1991, e de forma esmagadora — com 82 por cento dos votos.

Foi o culminar de uma longa carreira política e essa vitória teve o sabor especial de ter sido obtida logo após o regresso de exílio e sobre o seu principal adversário — o antigo partido único.

Trovoada nasceu em São Tomé em 27 de Dezembro de 1936, concluindo o liceu em Angola e fazendo o curso de Direito em Lisboa. Na capital portuguesa conheceu africanos que se viriam a revelar determinantes nos processos de luta pelas independências, entre eles Amílcar Cabral.

Em 1960 deixou clandestinamente Portugal estabelecendo-se em Conacri onde foi fundador e primeiro presidente do Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe.

Em 1972 este transformou-se em MLSTP e Trovoada integrava o Bureau Político. Depois de 1974 foi o chefe das delegações são-tomenses às negociações com Portugal e, no momento

da independência, foi nomeado primeiro-ministro, com Pinto da Costa como Presidente da República. Acumulou, sucessivamente, as pastas da Defesa, Negócios Estrangeiros, Coordenação Económica, Cooperação e Turismo e Indústria e Pescas.

O choque entre os dois homens atingiu o auge em finais de 1979, quando Trovoada foi acusado de "inimigo do povo" e "agente do ocidente".

Miguel Trovoada diz que a sua queda em desgraça se deveu ao facto de Pinto da Costa pretender avançar com um projecto de in-

dústria cerâmica a montar pela RDA, enquanto ele defendia a conclusão do negócio com uma firma portuguesa, porque seria mais vantajoso.

Quando a ordem de prisão foi emitida, Trovoada tentou o refúgio na representação diplomática portuguesa. Em vão. Acabou por se esconder nas instalações das Nações Unidas em São Tomé, mas foi preso mesmo ali, ao fim de oito dias. Seguiu-se um ano e meio de prisão, sem culpa formada nem julgamento, até à libertação em 12 de Julho de 1981.

Paris foi o local de exílio, voluntário, e ali viveu até pouco antes das presidenciais de 1991 que venceria, como independente, apoiado pelo Partido da Convergência Democrática.

A lua de mel com o PCR terminou tão rapidamente quanto o governo começou a aplicar medidas de reforma económica impopulares. Demitiu dois executivos antes de convocar eleições antecipadas, onde, o ano passado, assistiu ao regresso ao poder dos seus ex-companheiros e ex-adversários do MLSTP, o antigo partido único.

Ao dar posse ao novo primeiro-ministro, Carlos Graça, Trovoada exortou então o executivo a moralizar e a tor-

nar transparentes a administração e a gestão dos bens públicos. "Urge empreender um combate sem tréguas contra a corrupção, a fim de restabelecer a confiança nos dirigentes e reabilitar a política, afastando dela a imagem execrável com que começa a ser identificada aos olhos do povo."

A Miguel Trovoada não escapara decreto, como a ninguém, a abstenção de 47 por cento registada nas eleições de 1994. Mas o alerta não bastou. Para os autores do golpe, a prática política são-tomense tornou-se insustentavelmente execrável. ■



grosso das exportações (cerca de 95 por cento do total), seguido da copra (4 por cento). O turismo, como a restante indústria, é mais do que incipiente.

Fortemente dependente do petróleo de Angola, o país tem uma dívida externa próxima dos 190 milhões de dólares (números de 1992). A inflação anual chega aos 40 por cento, o desemprego ronda o mesmo índice. O rendimento "per capita" é de cerca de 400 dólares (perto de 60 mil escudos). ■

África do Sul adere ao BAD

PÚBLICO, 18.8.95

A ÁFRICA DO SUL anunciou que vai aderir ao Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), uma instituição de empréstimos multilaterais que se debate actualmente com problemas financeiros e de direcção. A África do Sul tomará mais de um por cento do capital do BAD, não tendo sido divulgados outros pormenores desta operação. Segundo o Ministério das Finanças sul-africano, as vantagens que advêm da adesão são a possibilidade de influenciar a tomada de decisões do banco e o acesso a empréstimos com baixa taxa de juro. ■

Pressão internacional sobre um país dependente

PÚBLICO, 17 8 95

A CONDENAÇÃO do golpe militar em São Tomé e Príncipe é unânime, com a excepção da Rússia, que ainda não se pronuncia "por falta de informações". As potências ameaçam cortar os fundos a um país completamente dependente da ajuda externa, enquanto Gabão e Angola rivalizam em ofertas de mediação.

O Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, em visita ao Brasil, afirmou-se ontem disposto a "ajudar as partes em conflito". Segundo um comunicado distribuído pela embaixada angolana em Lisboa, o Presidente "manifestou a sua viva preocupação face aos métodos utilizados por um grupo de oficiais das forças armadas de São Tomé e Príncipe, para tentar resolver as contradições de ordem política num Estado democrático".

Idênticas condenações foram feitas pelos executivos de Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique. E o ministro dos Estrangeiros caboverdeano anunciou que os quatro PALOP vão enviar uma missão de concertação ao arquipélago.

O Presidente do Gabão, Omar Bongo, que sempre tentou exercer influência em São Tomé, também foi dos primeiros a oferecer-se para mediar entre os soldados golpistas e o poder civil depositado. "Mais ou menos como país vizinho, também eu estou pronto a oferecer os meus bons ofícios entre os soldados e o Presidente da República", disse Bongo a uma rádio de Abidjan. E apelou ainda à comunidade internacional para que "exerça uma acção semelhante à que conduziu ao regresso ao poder" do Presidente Aristide no Haiti.

A França, que rivaliza com Portugal na influência política,

económica e cultural nas ilhas, não só condenou o golpe como apoiou a oferta de mediação do presidente do Gabão, país claramente inserido na África francófona.

"A França condena este golpe. Consideramos que os rebeldes são responsáveis pela segurança das pessoas que têm em seu poder, especialmente o Presidente e a sua família", disse ontem um porta-voz do ministério francês dos Negócios Estrangeiros. E ameaçou que a ajuda francesa a São Tomé será cortada se os rebeldes não respeitarem a Constituição.

Os Estados Unidos pretendem que os golpistas "devolvam imediatamente o poder ao governo democraticamente eleito", disse em Washington um porta-voz do Departamento de Estado. Acrescentou que a legislação americana prevê a supressão de toda a ajuda dos EUA quando um regime democrático se transforma em ditadura. Essa ajuda é actualmente de cerca de um milhão de dólares anuais.

A Comissão Europeia condenou ontem o golpe, exigindo o regresso "sem demora" à situação constitucional, ameaçando também suspender a ajuda a um país que vive praticamente das dadas internacionais. A UE prevê para o período 1990-2000 uma ajuda da ordem dos 6,5 milhões de ecus ao arquipélago, traduzida nos últimos cinco anos numa média anual equivalente a meio milhão de contos, no âmbito da Convenção de Lomé.

A Organização de Unidade Africana (OUA) condenou igualmente o golpe. "Estamos numa era de diálogo e democracia. Quaisquer que sejam as queixas existentes em São Tomé, elas deveriam ser conduzidas através do

diálogo e não da força", afirma comunicado distribuído em Addis Abeba. A África do Sul juntou-se ao coro de protestos e apelou ontem a "um regresso pacífico imediato à ordem constitucional".

Por fim, o secretário-geral da ONU, Butros-Ghali, pediu "firmemente" aos militares que respeitem a Constituição e devolvam o poder ao Presidente Trovoada e ao seu Governo. ■

Moçambique quer atrair investimento

PÚBLICO, 15 8 95

O MINISTRO do Plano e Finanças de Moçambique, Tomás Salomão, anunciou ontem, em Maputo, um conjunto de medidas destinadas a melhorar o "clima de investimentos" no país. Os pedidos de investimento passarão a ser apresentados numa só instituição, o Centro de Promoção do Investimento, e terão uma resposta do Ministério das Finanças e dos governadores locais num prazo máximo de dez dias. Por sua vez, o Governo moçambicano resolveu fixar em 50 mil dólares (7350 contos) o valor mínimo do investimento estrangeiro e reduzir de 15 mil (2205 contos) para cinco mil dólares (735 contos) o montante mínimo para os projectos nacionais. A obrigatoriedade de caução para a realização de investimentos foi entretanto eliminada. Os investidores passarão a usufruir de benefícios fiscais, nomeadamente isenções de direitos de importação e de impostos de circulação e ao consumo. Por outro lado, as empresas que exportam mais de 85 por cento da sua produção passarão a beneficiar de um estatuto que lhes garante privilégios fiscais. O Executivo moçambicano vai contar com a ajuda da FIAS, uma instituição do Banco Mundial, para o desenvolvimento das novas reformas. ■

Editorial

Vicente Jorge Silva

Apenas opereta?

PÚBLICO, 16 8 95

PARA ALEM dos eventuais desenvolvimentos do caso, o golpe militar de ontem em S. Tomé constitui mais um exemplo, embora em escala microscópica e "soft", de uma situação praticamente generalizada em toda a África. A falência e a bancarrota de Estados com economias exangues e inviáveis e populações reduzidas à infra-subsistência ou à miséria mais extrema tornou-se o lugar-comum da situação africana. Uma situação que põe em causa a efectiva so-

berania e independência das nações, precipitando-as no caos puro e simples — como acontece já, aliás, num número considerável de países — ou sujeitando-as a submissões porventura ainda mais degradantes do que o antigo domínio colonial.

A questão pode ser incómoda e "politicamente incorrecta" mas deve ser abordada frontalmente: a África independente e soberana é uma ficção ou um formalismo grosseiro na maioria dos países do continente, sujeitos à lei da selva, a despotismos tribais, a neocolonizações humilhantes e ao saque puro e simples (como sucede com o Zaire do nosso bem conhecido Mobutu). E as excepções — África do Sul, Zimbabwé, Maurícias, ou até Cabo Verde, por exemplo — limitam-se a confir-

mar a regra.

Tudo isto não significa que se proponha, como alternativa, um qualquer regresso ao colonialismo — solução que, além de historicamente ultrapassada e moralmente inautentável, não é encarada nem aceite por ninguém. Simplesmente, chegou-se a um ponto de ruptura tão radical que a situação africana exige uma mobilização de vontades sem precedentes para evitar o desastre total. Uma mobilização onde seria crucial o papel de um homem como Nelson Mandela, envolvendo elites nacionais, antigas potências colonizadoras e organismos internacionais.

Pode haver a tentação de reduzir o golpe de S. Tomé a uma situação caricatural ou de opereta, pela pequenez do território e da população. Mas nem

por isso o exemplo deixa de ser significativo. A falência económica, a destruição das antigas estruturas e recursos, a incapacidade de captar investimentos externos para o desenvolvimento do país e a incompetência na gestão do Estado comprometeram também aquilo que a população do território já interiorizara como uma conquista: a democracia e as liberdades públicas. Só que, como é costume dizer-se, não faz sentido falar-se em democracia para uma população sem perspectivas profissionais ou que se alimenta apenas daquilo que a generosidade da natureza lhe concede. A grande promessa democrática que tornou possível o milagre sul-africano tem de funcionar como uma bandeira para todo o continente. ■

O MONÓLOGO NORTE-SUL

PÚBLICO, 15.8.95

O FOLCLORE guineense encerrou a emissão especial do programa Sinais que assinou na terça-feira, dia 15, a extensão das transmissões da RDP e RTPi à Guiné-Bissau. Repositório das narrativas de um povo, mais simbólico do que operativo. Não só por que forneceu excelentes planos realizados por operadores da televisão guineense, a RTGB, é preciso dizer!, mas sobretudo pelas leituras subjectivas a que nos incita.

Emissão eminentemente festiva, não lhe poderíamos exigir que constituísse outra coisa. Os enfáticos discursos, o português de Marques Mendes, o guineense de Hélder Proença, responsáveis ministeriais pela área da comunicação social, não foram desimportantes. Pelo contrário.

Marques Mendes invocou a alma lusitana. Apelou ao universalismo da língua portuguesa sem desconfiar das palavras — como poderia fazê-lo em momento de semelhante eloquência discursiva? —, adjudicou valor persuasivo aos actos: obra idealizada para seis meses, afinal estava pronta em dois e meio. Não custa suspeitar de uma preocupação eleitoralista. Importa também interrogar: este esforço que se fez nos últimos tempos na cooperação portuguesa deixará de

ser extraordinário? Nenhuma má-fé nos move: é que conhecemos infelizmente o estado das coisas...

Depois de um longo excursão, Hélder Proença afirmou que o objecto da comemoração poderia permitir "experiências interessantes no diálogo norte-sul". O espanto não nos ocorreu do equívoco. O diagnóstico só peca pela sua generosidade racional. Não por que esteja contaminado de algum lirismo. Sempre necessário, neste e noutros casos.

Há um fatalismo irónico neste discurso porque o governante guineense sabe que o diálogo norte-sul não pode ser instituído entre um interlocutor que detenha saber e tecnologia e outro que expendá narrativa histórica. O folclore é decisivo, é certo, mas não cauciona exclusivamente o discurso do nosso ser.

Houve algumas reportagens interessantíssimas sobre o país que é a Guiné-Bissau, desafiando claramente o anátema. Mas foram um desvio à regra. Os ditames empolgavam-se com outros recursos, rasurando uma outra África, que também é esta do folclore, obnubilando outras narrativas. A experiência quotidiana está grávida de outros quadros que são sistematicamente obli-

terados. Estes são um manancial para o tal diálogo que desacontece. As iconografias que ainda utilizamos há muito extinguíram o seu valor.

Esperemos — não se faz com ironia este voto! — que o Canal África, que Marques Mendes anunciou para a RDP, percebida que está a importância estratégica da rádio na Guiné-Bissau como em outros países africanos de língua portuguesa, por motivos que é excusado explicar, seja isso mesmo. Quer dizer: um lugar onde possamos ser outros sendo nós próprios. Não enjeitando as vestes e os cantos. Mas resgatando outros valores.

A realização da "aldeia global" paseia por aí. Pela percepção de que temos que negociar outras figuras no universo destas imagens, sob pena de estarmos a realizar algo que nos combata. Desajuda-nos a retórica discursiva. Não encoraja a postura que magnificamos. A estratégia pode ser a subversão: utilizar os meios que os políticos têm que deixar nas nossas mãos — o Canal África pode ser um excelente exemplo — e fazer deles instrumentos de um verdadeiro diálogo norte-sul sem os atávicos folclorismos que nos condenam mutuamente. ■

Nelson Saúte, em Maputo

A INCÓGNITA DO CANAL ÁFRICA

PÚBLICO, 15.8.95

O CANAL África da RDP Internacional vai emitir 24 horas por dia, embora ainda não se saiba quando entrará em funcionamento — nem quem o vai dirigir, questão tão mais importante quanto um canal desta natureza requer grandes exigências do ponto de vista profissional.

Outra incógnita é a sua viabilidade prática, dependente de um reforço financeiro que permita a compra de mais material e, principalmente, a ampliação da redacção da RDPi. Toda a música e informação serão feitos por uma equipa autónoma ainda não formada, sendo a programação especificamente dirigida aos interesses dos povos africanos.

O projecto foi apresentado pelo ministro Marques Mendes na passada terça-feira, durante a sua visita oficial à Guiné-Bissau, onde foi inauguradas as emissões internacionais da RTP e RDP. Com eleições em Outubro, o Canal África não passa assim do que ainda é: um projecto. De qualquer modo, Artindo de Carvalho, presidente da RDP, apresentou-o como facto consumado. Em declarações à Lusa disse que o Canal África constitui uma "viragem estratégica" da rádio pública.

"África tem, naturalmente, as suas próprias especificidades e um público também específico, pelo que se vai privilegiar a informação sobre o continente africano, nomeadamente sobre os cinco Países de Língua Oficial Portu-

guesa", acrescentou o antigo ministro, que acompanhou Marques Mendes na visita a Bissau.

Como lembra a chefe do Departamento de Informação e Programas da RDPi, Manuela Rebelo, a autonomização das emissões para o continente africano representa um retorno ao modelo original, quando uma equipa da RDP produzia seis horas diárias de emissão. Nos dois últimos anos, surgiu a decisão política de fazer um canal generalista com espaço para os vários públicos-alvo: africanos, emigrantes e timorenses.

"Há africanos que não acham graça nenhuma ouvir o Marco Paulo e o Roberto Leal — explica Manuela Ribeiro — e os emigrantes também não gostam de levar com música e informação africana." É isso que justifica a criação do Canal África, que vai aproveitar as frequências de FM que estão agora disponíveis nos países africanos.

Na Guiné-Bissau, os emissores custaram 80 mil contos e permitem atingir todo o país. Artindo de Carvalho afirmou que outros quatro emissores de FM serão colocados em Moçambique. Angola também será contemplada, até ao fim do ano. Somando isto ao trabalho já feito em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, todos os PALOP serão cobertos pelo Canal África. Se a tanto ajudar o engenho, arte e vontade política do próximo Governo... ■

Leonardo Ralha

Inflação moçambicana em 21,4 por cento

PÚBLICO, 17.8.95

A INFLAÇÃO acumulada em Moçambique, de Janeiro a Junho de 1995, foi de 21,4 por cento, de acordo com os dados do Ministério do Plano e Finanças daquele país. Este valor provisório aponta para um ritmo de crescimento do índice de preços de 3,9 por cento em Junho e de dois por cento em Maio. ■

São Tomé Golpe causou um morto

PÚBLICO, 17.8.95

O GOLPE de ontem em São Tomé não foi afinal sem efusão de sangue: uma fonte fidedigna garantiu ao PÚBLICO que houve um morto, um militar, durante o assalto ao palácio do Presidente. Não foi possível determinar se a vítima estava do lado das forças golpistas ou pertencia à guarda presidencial. Toda a guarnição do palácio encontra-se aliás detida, apurou a nossa correspondente, bem como Fernando Dangua, assessor militar do Presidente Miguel Trovoada.

Reacções

As reacções oficiais portuguesas são prudentes, enquanto Angola e Moçambique admitem uma acção diplomática coordenada para repor a legalidade constitucional em São Tomé.

Mário Soares manifestou a disponibilidade portuguesa para receber o Presidente Miguel Trovoada, se ele assim o quiser. E, segundo um comunicado do Minis-

tério dos Negócios Estrangeiros (MNE), "Portugal espera que seja rapidamente restabelecida a normalidade institucional" em São Tomé. O primeiro-ministro Cavaco Silva segue a situação "desde o primeiro minuto", disse à Lusa uma fonte do seu gabinete, que salientou a necessidade de "grandes cautelas, embora não se vejam grandes motivos para alarme".

A reacção mais categórica partiu de Angola. O vice-ministro das Relações Exteriores, João Miranda, disse que o seu Governo "condena veementemente o golpe e exige que seja restituída imediatamente a legalidade constitucional". Miranda admitiu ainda que os PALOP lancem uma acção concertada "para repor a legalidade". Segundo o correspondente do PÚBLICO em Luanda, o golpe militar em São Tomé é visto em Luanda mais como uma acção aventureira de militares descontentes do que um movimento com orientação ideológica.

Idêntica condenação foi feita pelo MNE moçambicano, Leonardo Simão, que considera o que aconteceu em São Tomé como um "grande retrocesso nos processos de democratização" em África.

Também o Governo francês manifestou "preocupação" e apelou ao "respeito da legalidade constitucional". ■

Golpe militar em São Tomé e Príncipe está virtualmente liquidado

Trovoada recupera Presidência

PÚBLICO, 18 8 95

Conceição Lima,
em São Tomé

O golpe em São Tomé está virtualmente liquidado. Miguel Trovoada foi libertado e reassumiu a Presidência. Mas as negociações continuam hoje, sob mediação angolana, pois os militares ainda têm exigências. Além de Trovoada, marcaram pontos Angola e o antigo Presidente Pinto da Costa.

O mediador angolano Venâncio de Moura anunciou ontem à noite, em São Tomé, a libertação do Presidente Miguel Trovoada, criando assim as "premissas para a continuidade das negociações" entre os militares e as forças políticas são-tomenses.

"No quadro dos esforços de mediação desenvolvidos junto da Comissão Militar, para contribuir para a procura de soluções no sentido da reposição da legalidade democrática e constitucional [...] é com satisfação que anunciamos o primeiro entendimento com a referida Comissão Militar, consubstanciada na transferência do Presidente Miguel Trovoada do quartel-general e sua acomodação na residência do Governo", disse o ministro das Relações Exteriores de Angola, na residência da embaixada de Luanda, onde decorrem as negociações com os militares.

Quase em simultâneo, o número dois da junta militar, subtenente Fernando Sousa da Ponte, "Craque", dera a notícia em entrevista à SIC, declarando que Tro-

voada continuava a ser o Presidente de São Tomé e Príncipe, que não estivera preso mas sim "protegido", porque se tratou de um "golpe de Estado democrático".

Consumava-se assim a derrota do golpe que na terça-feira de madrugada destituiu o Presidente e o Governo, perante alguma expectativa e até cumplicidade da população saturada da incapacidade dos governantes. Mas a simpatia das primeiras horas depressa deu lugar à desilusão e à noção de que o país estava metido num grande sarilho.

Os jovens oficiais que encabeçam o movimento começaram por anunciar a intenção de formar uma junta de salvação nacional para moralizar o país, depois um governo de unidade nacional com os partidos e, por fim, o simples desejo de afastamento do Presidente.

Notoriamente sem qualquer projecto de governo e sob uma unânime pressão internacional, os golpistas foram baixando as exigências, falhando a sua última cartada na noite de quinta-feira quando o Presidente interino por eles nomeado, Francisco Fortunato Pires, acabou por recusar o cargo.

Fortunato Pires estivera reunido com os militares e apenas teria levantado uma objecção formal a aceitar o lugar: que a Presidência estivesse de facto vaga. Por isso foi decidido enviar uma delegação parlamentar a Trovoada para o convencer a resignar. Opôs-se a ADI (Acção Democrática Independente), partido próximo do Presidente.

Perante a posição ambígua de Pires, os militares disseram que poriam um comunicado na rua consumando a nomeação. Assim fizeram. Mas o indigitado acabou por recuar, colocando os militares em falso.

A mensagem do golpe

A crise não está no entanto completamente resolvida. Nem a crise política, nem a crise social e económica que justificou o golpe.

O regresso de Miguel Trovoada à liberdade e às suas funções assinala o fim virtual do golpe, mas as ne-

gociações prosseguem e os militares têm ainda exigências, sobretudo a limitação dos poderes do Presidente da República, que perderia designadamente o controlo das Forças Armadas — os militares salvariam assim a face, o que não acontecerá se apenas obtiverem uma simples amnistia.

Apresentaram além disso à mediação angolana outros pontos, como o "redimensionamento da administração pública", que consideram excessivamente larga, ou o afastamento "dos elementos corruptos nos órgãos democraticamente eleitos do Estado".

Na noite de quinta-feira, os golpistas lançaram uma mensagem à nação, pela rádio e televisão, em que o seu chefe, o subtenente Manuel Quintas de Almeida, tentou justificar os seus actos: "despertar a consciência nacional para a necessidade urgente de se pôr fim às querelas políticas e aos interesses egoístas e oportunistas dos dirigentes".

Criticou "a falta de utilidade do Estado, a delapidação de bens públicos, o enriquecimento fácil e a falta de seriedade [...] num país onde parecem não existir poderes constituídos". Lembrou ainda "as condições infra-humanas" em que vivem os militares.

E terminou, em tom de adeus: "Desejamos melhores dias ao martirizado povo deste país e que as próximas gerações políticas saibam que este Povo vive e está de pé, e já não deixará enganar-se facilmente".

Negociações

Para aumentar a pressão sobre os militares, o Presidente Trovoada iniciara de manhã uma greve de fome. A meio da tarde, sabia-se que ele tinha recusado o pequeno-almoço e o almoço. Depois, recebeu no quartel-general a equipa negociadora angolana chefiada por Venâncio de Moura. E, ao princípio da noite, ainda detido,

fez saber que não aceitava negociar nos termos propostos pelos militares.

A missão angolana, de que são figuras principais o ministro Venâncio de Moura e o general Hélder Vieira Dias, chefe da Casa

militar do Presidente José Eduardo dos Santos, esteve quase todo o dia reunida com os militares, cuja delegação é chefiada por Manuel Quintas de Almeida, acompanhado pelo tenente Alfredo Marçal Lima.

Os angolanos estão a ter um papel mais forte do que o que se previa. Estão a negociar com alguma dureza, confrontando os militares com as realidades. Há indicações de que ontem à tarde lhes terão apresentado um ultimato, exigindo a reinstalação do Presidente, sob pena de Angola suspender imediatamente toda a ajuda a São Tomé e Príncipe.

Os partidos políticos estiveram afastados no primeiro dia das negociações. Ontem ao fim da tarde, ignorava-se como iriam hoje prosseguir, pois nelas deverão passar a ter parte a Presidência, o Governo, a Assembleia e, através desta, os partidos.

Na agenda poderão estar as últimas exigências dos militares, para quem o último ponto de honra seria transferência das competências militares do Presidente da República, que é também o comandante em chefe das Forças Armadas. É também possível que se discuta a questão de saber se o Governo actual permanece ou se será aconselhada a formação de um executivo de unidade nacional. Mas, de momento, não se sabe o âmbito que as negociações atingirão.

Note-se, a propósito da mediação angolana, que ela não terá sido completamente consensual entre os PALOP. Guiné-Bissau, Cabo Verde e Moçambique desejariam uma mediação conjunta. O Presidente Nino Vieira fez várias diligências nesse sentido. Houve uma reunião dos embaixadores dos quatro países em Lisboa, mas Luanda terá vetado qualquer mediação

Continua na pág. 8

Homogeneidade e heterogeneidade da caboverdianidade

Com o texto que aqui nestas páginas apresentamos ao estimado leitor, o NJC pretende abrir um debate sobre temas tão importantes quanto são os da cabo-verdianidade, ou da identidade cultural cabo-verdiana.

JOSÉ LUIS HUPEFFER C. ALMADA

Como é sabido e constitui lugar comum, as populações cabo-verdianas caracterizam-se, no plano cultural, pela comunhão dos mesmos valores, os quais se sedimentam numa idêntica idiossincrasia e num comum lastro cultural, aos quais se convencionou denominar de cabo-verdianidade. A substância fundamental da cabo-verdianidade é a criouldade em quantos complexo e síntese culturais resultantes da miscigenação secular das culturas europeias e negro-africanas, e a sua expressão mais visível é a língua cabo-verdiana (ou crioulo cabo-verdiano), falada e vivenciada por todos os cabo-verdianos. Deste modo, pode-se afirmar que os cabo-verdianos são portadores de uma identidade cultural, nacional, na sua essência, e homogênea nos seus traços essenciais. Não obstante tal facto, a cultura cabo-verdiana denota diferenças de ilha para ilha, e até de região para região numa mesma ilha, o que se traduz em modos específicos de essa mesma cultura actualizarem-se. Tais especificidades têm a sua expressão em todos os domínios da herança e da identidade culturais, inclusivamente da língua, a qual se subdivide, consistentemente, em diversos dialectos insulares e regionais. Tais dialectos são normalmente agrupados em duas variantes fundamentais: a de Sotaventos e a de Barlavento.

Do ponto de vista "racial" a população cabo-verdiana subdivide-se em mestiços (a maioria, e com predominância mulata), negros e brancos (estes com relativamente fraca expressão numérica, quer histórica quer presentemente). É de se relevar que a subdivisão nos grupos "raciais" (ou, mais precisamente, fenotípicos) supra-referidos tem incidência em todas as ilhas, podendo-se, no entanto, dizer que tal incidência é variável na sua amplitude, dependendo esta das condições históricas do povoamento das condições sócio-económicas (especialmente, do regime de propriedade) que presidiram à sua evolução. É assim que, tendo a miscigenação cultural abrangência nacional e formas de expressão diversas consoante as ilhas, são todas via portadores da mesma tanto populações mestiças como populações brancas ou negras. Deste modo, a diferenciação insular e regional da cultura cabo-verdiana não pode ser apreendida como uma justaposição de, por um lado, culturas mestiças sediadas em ilhas habitadas predominantemente por mestiços (ainda que com predominante herança genética negra) e/ou indivíduos somaticamente brancos e, por outro lado, culturas negras ou, para ser mais exacto, negro-africanas (pois que, para muitos, as culturas crioulas do Atlântico, do Índico, das Caraíbas, das Américas, etc., sem serem negro-africanas, integram as culturas da diáspora e do vasto mundo afro-negro) sediadas em ilhas

NOVO JORNAL, 18.8.95

habitadas predominantemente por indivíduos somaticamente pretos.

O cabo-verdiano é, em todas as ilhas, portador de uma idêntica cultura crioula, miscigenada na sua substância e formas de expressão. Os preconceitos existentes (no passado e actualmente) em relação a determinadas manifestações culturais designadamente no que tange ao crioulo (sobretudo com respeito a algumas variantes insulares nas suas formas mesoclectas e rurais, isto é, fundo) ou às manifestações expressivas de um forte sincretismo euro-negro-africano como são os casos da tabanca, do batuque, do funaná tradicional, do landu, do colá, do canizado e outras componentes das festas do pilão, ou de expressões do pensamento mágico-animista, tidas por meras formas de feitiçaria ou superstição, resultam de séculos de adopção cultural, praticada pelo poder colonial através nomeadamente da política da assimilação aos valores europeus, bem como do facto de a sociedade cabo-verdiana actual resultar da convivência continuada, e até antagonista, entre senhores brancos escravocratas, de cultura predominantemente europeia, e escravos de origem negro-africana. A operacionalização dos supra-referidos preconceitos durante o tempo colonial visava, como é óbvio, a criação de um cabo-verdiano à imagem e semelhança do colonizador europeu e, assim, a neutralização da sua resistência cultural. Tal desiderato só poderia ser ob-

jectivado, segundo a política oficial e os seus apangados, pela extirpação dos valores consubstanciais, ainda que atenuada e parcialmente, da negro-africanidade, ou ainda pela confinação dos mesmos valores a espaços marginais e a sua redução a meras reminiscências susceptíveis, ajuizava-se, de desaparecimento com o simples decurso do tempo e a modernização (leia-se europeização) das mentalidades mediante a operacionalização de mecanismos vários como sejam a escolarização, a actuação da igreja, a par da utilização da coerção. A actualização dos já mencionados preconceitos, enquanto expressões dos ressentimentos, complexos e estigmas interiorizados, encontra o seu campo de reprodução e renovação na permanência socio-económica e cultural das bases sustentadoras das resquícios do passado, no (subdesenvolvimento desigual das nossas ilhas, com a concomitante e desordenada migração em direcção aos centros urbanos (sobretudo para a capital do país), na marginalização de algumas regiões "interiores" e na crescente competição inter-ilhas (nomeadamente as de Santiago, com especial incidência da cidade da Praia, e de S. Vicente, e a tendencial perda da importância relativa (económica e cultural) desta última. Ainda contribuem para a reprodução dos preconceitos acima mencionados valores trazidos da emigração (dirigida sobretudo para países de cultura predominantemente europeia ou em que os valores e as componentes dessa cultura detêm, por razões várias, maior prestígio), a tendência aristocrática do cabo-verdiano (no sentido do seu desejo de um certo branqueamento racial e cultural e de um certo mimetismo em relação às antigas classes "brancas" e aos atuais detentores da supremacia económica, técnica, política e cultural, a nível internacional), a situação catstrófica em que se encontram os países e povos africanos situados num continente considerado perdido neste dealbar do século XXI, o que contribui sobremaneira para a perpetuação do mito da incapacidade congénita do africano e do negro, em geral, em se desenvolver e adaptar à modernidade), factos da história recente de Cabo Verde, designadamente os acontecimentos subjacentes à ruptura do projecto da unidade Guiné-Cabo Verde, bem como as dificuldades do cabo-verdiano comum e não só, em apreender, em toda a sua profundidade, a sua história, sobretudo a do período escravocrata, e em auto-situar-se quando se trata das suas relações genéticas, étnicas e culturais com a África, a Europa e as Américas negras e mestiças.

Sendo predominantemente de ordem cultural, os preconceitos acima referidos fundam-se frequentemente, em argumentos raciais e, por vezes, racistas, pois que, quando se trata de Cabo Verde, os seus portadores identificam as manifestações culturais, tidas como inferiores e "genéticas" porque na aparência, queixá na essência, mais (negro-africanoides, como características e quase exclusivas de determinados grupos raciais nacionais, designadamente os negros no sentido restrito, isto é, fenotípicos), e de ilhas onde aparentemente os negros (ou, melhor, os "escuros") constituem a maioria da população. Assim, na óptica

de desses preconceitos, existiriam em Cabo Verde os autênticos crioulos (frutificados em todas as ilhas e, mais condescendentemente, em faixas restritas, nomeadamente as brancas, as "luras" das urbanizadas e as instruídas da população de Santiago) e os negro-africanos ou, na melhor das hipóteses, os crioulos macabados ou em processo de formação, tidos, normalmente, por "gente escura" e radicados na grande ilha, ainda que esta seja, historicamente, o berço da nossa ancestral criouldade e albergue a maior parte da população cabo-verdiana.

Nódoa nessas concepções é a óptica, segundo a qual crioulo equivaleria, grosso modo, a mestiço racial (mulato) e/ou cultura crioula corresponderia às formas da cultura cabo-verdiana mais europeizadas. É essa óptica o fundamento da natureza racista, regionalista e/ou heterofóbica de tais concepções. O curioso é que entre os seus defensores contam-se indivíduos negros ou originários de ilhas, estratos populacionais e classes sociais tidos por "negros". Uma segunda curiosidade prende-se com o facto de que tanto os apologistas da tese segundo a qual Cabo Verde é um simples caso de regionalismo negro-africano, como os apologistas de Cabo Verde como um metro caso de regionalismo europeu, como também da tese propagadora de Cabo Verde como (uma cultura de entre-dois-mundos (isto é, nem África, nem Europa) com um crescente de influência étnica, nas suas diferentes nuances, reconhecerem e valorarem, positiva ou negativamente, pressões diferenciais euro-culturais no quadro da cultura cabo-verdiana, variando o juízo de valor sobre as mesmas diferenças do reconhecimento e valoração que fazem do papel das culturas-mães (negro-africanas ou europeias), tidas como matrizes, na moldagem da cabo-verdianidade. Como exemplo da concepção negro-africanista da cultura cabo-verdiana, em contraposição às anteriormente citadas, poder-se-ia aduzir a asserção segundo a qual as manifestações culturais mais europeizadas (ainda que crioulas) não são autenticamente cabo-verdianas porque não suficientemente (negro) africanas. Reconhecendo embora a heterogeneidade insular e regional da cultura cabo-verdiana, nela incluindo a diferenciação das diversas ilhas no que respeita à maior ou menor presença de elementos negros na sua singularização, bem como as diferentes funções históricas exercidas pelas concepções acima mencionadas na consciencialização do povo cabo-verdiano, nos diferentes períodos da sua história, são-nos repugnantes quaisquer interpretações étnicistas da nossa diversidade insular. Na minha modesta opinião, todas as concepções acima referidas carecem, como vimos, de quaisquer alicerces sólidos. Tal denota-se desde logo, no facto de a manifestação considerada mais expressiva e saliente da nossa criouldade, a língua cabo-verdiana, nascida nos seus gémbras, em Santiago e posteriormente disseminada por todo o Cabo Verde e por vários outros países (como, por exemplo, a Guiné-Bissau

Continuação da pág. anterior

Trovoada recupera Presidência

conjunta antes da sua. A haver, será mais tarde.

Por sua vez, na maioria dos círculos políticos são-tomenses, a iniciativa angolana, que permitiria resolver a crise "em família", tinha a preferência.

Pinto da Costa

Se Miguel Trovoada foi o herói do dia, uma outra personagem se afirmou: o ex-Presidente Pinto da Costa.

Em contraste com o primeiro-ministro Carlos Graça, cuja actuação e cujas palavras deram azo a todas as ambiguidades e especulações, Pinto da Costa agiu nos bastidores com determinação.

Parece ter sido ele quem convenceu Francisco Fortunato Pires a recusar a Presidência interina. Terá depois

passado por casa de Carlos Graça, a quem terá dado "um puxão de orelhas" pelas suas declarações infelizes — ter dito a uma televisão portuguesa que compreendia os militares e que estava disposto a chefiar um governo de unidade nacional integrando militares e civis. Ontem, Carlos Graça fez um volte-face dizendo que foi um mal-entendido e que tudo passa "pela reposição da legalidade". Pinto da Costa terá, por outro lado, concertado a sua acção com Angola, a quem o ligam laços fortes.

Se foi durante longos anos um Presidente de partido único, foi também sob sua direcção que se fez o processo de democratização de 1990/91. Para um virtual candidato à Presidência, cai bem poder juntar as credenciais de "salvador da democracia". ■

Continua na pág. 9

Continuação da pág. anterior

Homogeneidade e heterogeneidade da caboverdianidade

Do ponto de vista 'racial' a população cabo-verdiana subdivide-se em mestiços (a maioria, e com predominância mulata), negros e brancos (estes com relativamente fraca expressão numérica, quer histórica quer presentemente)

e o Senegal (Cisampança), ser comum a todos os cabo-verdianos e ter resultado do secular processo de mestiçagem, processo esse iniciado desde os primórdios do povoamento do nosso país. Nesse contexto parecem-nos exemplares as seguintes asserções de Gabriel Mariano: "o processo de formação social do cabo-verdiano operou-se mais por uma africanização do europeu do que por uma europeização do africano. Mais por uma acomodação de motivos e estilos portugueses às peculiaridades do meio do que pelo aporuguesamento, puro e simples, dessas mesmas peculiaridades".

Sentido constitutivo racialmente por um mestiçagem maior de mulatos e pretos, de "claros" e "escuras", isto é, de "pessoas de cor" (ou negros, no sentido anglo-saxónico do termo) o cabo-verdiano vem denotando, não obstante as concepções acima mencionadas e referentes sobretudo à problemática da identidade cultural, uma consciência racialmente mitigada. A explicação de tal fenómeno poderá radicar no facto de ter-se verificado uma forte mobilidade social em Cabo Verde, sobretudo desde a desagregação da sociedade escravocrata. Tal mobilidade social levou à ascensão do negro e do mulato e à decadência das antigas classes brancas, em especial nas ilhas de Santiago e do Fogo, não obstante a permanência das antigas relações de propriedade e de produção e as mudanças sociais terem ocorrido no quadro do sistema de dominação colonial. Esta última circunstância é de grande relevância, pois que se, por um lado, forneceu as bases económico-sociais e políticas da reprodução das categorias branco-negro-mulato cabo-verdianos versus agentes e integrantes portugueses da classe colonial, por outro lado, favoreceu a sedimentação étnico-cultural da caboverdianidade, enquanto complexo de traços distintivos em relação ao colonizador e a outros povos, e a mutação relativa (relativa porque ainda pejada de preconceitos raciais imperecíveis) das categorias mentais acima referi-

das de categorias denominadoras de grupos raciais para categorias identificadoras de grupos sociais (branco-rico; preto-pobre). Com a independência nacional, o processo de mobilidade social, nos sentidos vertical e horizontal, conheceu uma sensível aceleração com a massificação do ensino e o melhor acesso do cabo-verdiano de origem humilde a níveis médios e superiores do ensino, da insucação e da formação. Aos fenómenos da mobilidade social e da democratização do ensino (sobretudo secundário e superior) não é alheia a emigração. Com efeito, desde os primórdios da constituição da proto-nação e da nação cabo-verdiana que a emigração vem inflando, de forma notável, nas mudanças sociais e culturais em Cabo Verde, quer favorecendo a ascensão económica e social do cabo-verdiano humilde, quer permitindo-lhe o contacto com outros povos, e, assim, a assimilação de valores técnicos e culturais próprios e a sua abertura à universalidade do Homem. Para a análise do tema veniente, a emigração teve consequências várias, das quais salientamos:

a) - o reforço no cabo-verdiano enigmático da consciência da sua entidade, isto é, da sua cultura e identidade próprias, as quais o singularizam como povo crioulo;

b) - o surgimento, em muitos casos de cabo-verdianos nascidos na diáspora, de fenómenos de hibrididade cultural, isto é, de constituição de identidades autónomas no quadro lato da caboverdianidade (como parece ser o caso dos cabo-verdianos-americanos, enquanto grupo étnico americano), até de dupla nacionalidade cultural com maior ou menor incidência da cultura de origem ou da dos países de acolhimento. Tal fenómeno tem repercussões em todos os domínios de expressão da identidade quer consideremos a língua, quer a música, quer a culinária ou o vestuário. Como exemplos ilustrativos compare-se ainda os casos dos cabo-verdianos da Guiné, Angola ou S. Tomé bem como

os cabo-verdianos dos países francófonos, de Portugal e outros países europeus;

c) - o aparecimento de fenómenos conexos com a consciência étnico-cultural do cabo-verdiano da diáspora. Se a consciência do cabo-verdiano em relação à sua identidade cultural na diáspora decorre da forte cristalização da caboverdianidade no seu país de origem, cristalização essa que o emigrante carrega consigo para todo o lado, e a mesma consciência esse de formação especialmente problemática, se se excluírem situações relativas às segundas e terceiras gerações de emigrantes, o mesmo não se poderá dizer no que se refere à sua consciencialização étnico-cultural. Esta é condicionada por variáveis sociológicas de maior complexidade, como sejam: a) - a "completa" solidificação cultural e a relativa heterogeneidade somática do cabo-verdiano e a sua consequente mitigada consciência racial na vivência da sua pátria e cultura cabo-verdianas;

d) - a conformação étnica do país de acolhimento do cabo-verdiano. Quer nos pareça que o cabo-verdiano é mais facilmente assimilável num país ou região etnicamente homogênea, pois que são maiores, nesses casos, as probabilidades dele ser engolido no compacto mar cultural que o envolve. Tal probabilidade é maior quando o país de acolhimento constitui uma nação consolidada, familiar à criouldade, aberta e assimilacionista;

e) - a situação do país de acolhimento em relação às grandes civilizações, raças e culturas do mundo. Abstraindo-nos da situação dos cabo-verdianos brancos, os factos parecem provar que o cabo-verdiano "de cor" tende a formular uma consciência racial negra, quando emigrado em países europeus ou outros, em que os brancos constituem a maioria da população. Tanto mais que ele a isso é obrigado pela marginalização e pela estigmatização de que é vítima pela sociedade de acolhimento. Os acontecimentos recentes em Portugal relacionados com as actividades anti-negras e anti-estrangeiras

dos *stanherds* e em outros países da Europa comprovam a nossa afirmação. O interessante neste caso é que os jovens cabo-verdianos tendem a tomar os afro-americanos e as suas manifestações culturais (sobretudo no que se refere à música, à gíria e ao vestuário) como modelos. Lembrem-se que esse fenómeno só é recente na sua extensão, pois que tal "mimetismo" ocorreu já nos anos sessenta, setenta e oitenta com o *penicido afro*, o *black power*, o *rastafarianismo* e o *reggae*. Aliás, tal tem acontecido desde os primórdios da emigração com os "mercantes" (ou *black portuguese*) ainda que as referências simbólicas sejam diferentes.

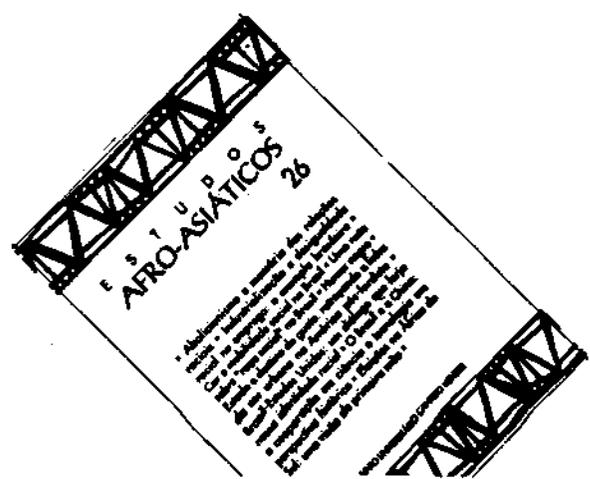
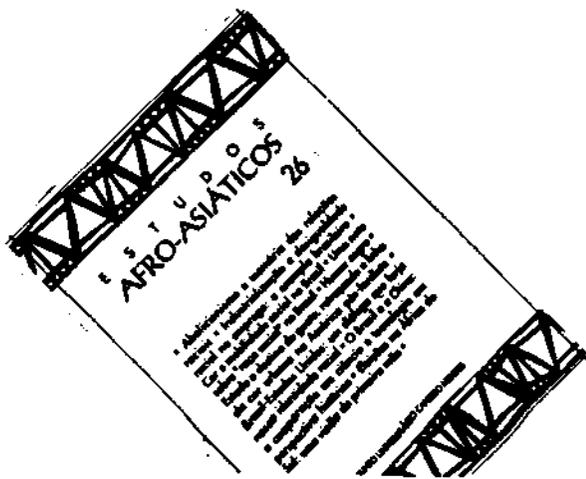
Por outro lado, o cabo-verdiano tende a sobrevalorizar-se e à sua identidade cultural mestiça, quando confrontado com indivíduos, comunidades de emigrantes e sociedades afro-negras (sobretudo as negro-africanas). As razões para tal foram parcialmente expandidas anteriormente, podendo-se ainda acrescentar que as classes e culturas dominantes em África (tanto no período colonial como agora), encontram-se fortemente influenciadas (senão controladas) pelos sistemas de poder (político e económico) e pelas culturas europeias, sendo o povo socialmente discriminado no seu próprio país quando não vive no mais abjecta miséria. O insólito neste caso reside no seguinte: nos países africanos e outros com minorias raciais e culturais mestiças importantes (como é o caso de Angola) a integração do cabo-verdiano faz-se em direcção a elas num complexo processo de identificação e rejeição. Nos outros países, sobretudo os de forte influência muçulmana ou animista (isto é, de religiões não cristãs) a criouldade constitui uma forte barreira cultural contra a consciencialização racial e étnica e total integração, ainda que esses países sejam tradicionalmente dialogantes e tolerantes em relação às comunidades de origem estrangeira.

Parece-nos assim que o cabo-verdiano mestiço (e até o "branco de cor") tem maiores probabilidades de se considerar "negro" racial, e até cultural, ou com ele autenticamente solidarizar-se e

identificar-se quando vive nos países anglo-saxónicos, germânicos e asiáticos de que quando vive, por exemplo, em países crioulos ou latino-americanos.

A consciência racial negra não prejudica, nestes casos, a consciência da identidade cultural crioula. Ela pode, sim, favorecer a consciência da integração das culturas crioulas no vasto mundo das culturas negras (ou afro-negras), isto é, das civilizações com origem histórica parcial ou total em culturas negro-africanas da África subsariana. Para o caso dos países de cultura crioula ou com componentes afro-latinas, a consciencialização racial do "homem de cor" cabo-verdiano pode facilitar a sua assimilação a essas culturas, ainda que a proposta "democracia racial" nelas existente seja por muitos considerada uma ficção e uma racinização (é o que parece acontecer, bastas vezes, com o cabo-verdiano emigrado no Brasil ou na Argentina).

Não querendo ser esquemáticas nem tão pouco exaustivas, tanto mais que ao articulista faltam os instrumentos técnicos especializados, as presentes asserções comprovam como o cabo-verdiano, quer vivendo nas ilhas, quer vivendo nas diásporas, necessita da sua criouldade, da sua caboverdianidade, para melhor se situar no mundo e proporcionar-se um maior e melhor equilíbrio individual e colectivo. A consubstanciação de tal desiderato requer uma consciência clara da nossa identidade, como cabo-verdianos, mas também como cidadãos do mundo, pois que a pátria cabo-verdiana, sendo Terra-Mãe e Mãe-Terra, é uma pequena porção desta Pátria maior, a Terra, a Pátria da Humanidade. Para concluir, termino como quase comecei: Cabo Verde constitui uma verdadeira entidade nacional crioula, cristalizada nos seus contornos, diferenciada nas suas formas insulares de expressão, africana pela sua contextualização geográfica, pela sua predominante herança étnica e genética negra, pelo seu destino político e económico, e aberta ao Ocidente cultural e à universalidade de todas as culturas.



NOVO JORNAL, 18.8.95

Janela indiscreta

Um beco sem saída

FERNANDO MONTEIRO

COMPLETAMENTE imprevisível, por isso profundamente surpreendente. Não porque era uma possibilidade posta de lado — o cenário não colhia essa hipótese. Não que fosse algo inconcretizável ou desenquadrável naquela conjuntura. É que em cenários mais próprios, a postura, o comportamento, a atitude dos militares deixaram um capital de confiança muito forte relativamente aos homens de casernas, a reserva de esperanças numas forças armadas preocupadas só com as funções constitucionalmente consagradas aumentou naquela ocasião, caracterizada por uma forte crise institucional assente na "eterna" crise económica e social do país.

A guerrilha entre o Presidente Miguel Trovoada e o governo sustentado pelo Partido da Convergência Democrática - PCD e que culminou inclusive com a demissão do Executivo de Costa Alegre Daniel Daio também foi demitido —, com a dissolução do Parlamento, mais o estado da economia que também na altura não era nada famoso, configuravam um quadro muito mais forte à intervenção dos militares. O que, entretanto, não sucedeu.

Então, o que alterou neste menos que um ano que nos separa das eleições de Outubro de 1994?

Mudou um governo. Mas um governo que tinha a seu favor uma experiência de 15 anos e só há nove meses se encontra no poder e tem a legitimidade das urnas.

A crise económica e social

agravou-se? É verdade mas, sendo um problema estrutural e com raízes na desigualdade das trocas comerciais Norte-Sul, onde pesponta o injusto preço do cacau, não pode ser solucionado da noite para o dia. E se as pessoas com formação universitária, gente com muita experiência de governação, de administração e de gestão de empresas não conseguem dar conta do recado, como é que dois suboficiais de um exército inexistente praticamente podem ter a pretensão de o resolver? Como é que um exército de pouco mais de 600 homens e cuja patente superior não pode ultrapassar a de capitão e que até há muito pouco tempo era tutelado e complementarizado em tudo umas Forças Armadas estrangeiras (FAPLA angolanas) pode ter a pretensão de dar lições de governação a políticos, alguns com experiências de décadas?

É evidente que os militares nunca tiveram a intenção de governar eles próprios — contavam com a cumplicidade do meio político ou de alguns tecnocratas.

Se assim é, mais eficiente de que o bloqueio internacional que eles, ingenuamente, não incorporaram nos seus cenários golpistas, é a recusa firme, determinada e definitiva dos actores políticos em conviarem com os militares, que fará os golpistas recuarem. É algo passível de ser conseguido, até porque as reacções a nível internacional são de molde a desencorajar toda a conciliação com os golpistas que não conduza à devolução do poder aos seus legiti-

mos detentores.

Por isso não entendo a posição principalmente, do primeiro-ministro deposto. Tudo indica que se apresta a aceitar a formação de um governo de unidade nacional — com ou sem os militares —; fórmula rejeitada pelos restantes partidos políticos são-tomenses na sequência das eleições de Outubro e que deram vitória ao PSD-MLSTP; não apresenta a resistência que se espera de um democrata, face ao atentado de morte que a democracia é alvo em S. Tomé.

Neste momento em que escrevo esta crónica (5ª à tarde) os dados apontam, afinal, para um golpe mais conta o Presidente Miguel Trovoada de que uma mera aventura de militares inconsequentes e irresponsáveis: o facto de estar preso num quartel e a antecipação de eleições presidenciais para daqui a pouco, a que, certamente, o Chefe de Estado deposto não poderá concorrer. Também as razões avançadas pelos militares para justificar o seu movimento sedicioso não colhem, são ilógicas em demasia.

Quaisquer que sejam as razões e os objectivos reais do golpe do Estado de 3ª feira última, os militares criaram para si uma situação incontornável: deram um golpe, aparentemente contra a classe política e agora têm de chamar a classe política para colaborar no governo; se o poder à classe política pertence, ela vai querer ficar com ele inteirinho — e sem o apoio internacional para conseguir-lo. Dá que a única saída que resta aos militares, é devolver o poder e negociar o exílio.

De que lhes valeu dar o golpe?



I M P R E S S O